

Rede de Relações Sociais e Arranjos Institucionais da Agricultura Familiar na Zona da Mata em Minas Gerais, Brasil: novas formas de governança nas políticas públicas?

Documento para su presentación en el VIII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP. (Madrid, España) del 25 al 28 de septiembre de 2017.

Autor(es): CAMPOS, Ana Paula Teixeira de; SCHMITT, Claudia Job

apcampos@gmail.com ; claudia.js21@gmail.com

Twitter: @apcampos1

Resumen: Este trabalho busca apreender as interfaces estabelecidas entre organizações sociais e políticas públicas na implementação de programas e ações de desenvolvimento rural no Brasil. Dedicamos especial atenção aos arranjos institucionais e às redes de relações construídas ao longo do tempo em um contexto municipal, avaliando seus efeitos no que diz respeito à participação e à estruturação de novas formas de governança. O estudo foi realizado no município de Araponga, no estado de Minas Gerais, através de uma pesquisa ancorada em métodos qualitativos e análise de redes sociais. Os resultados reforçam a importância dos arranjos institucionais e das redes de relações nos processos de implementação de políticas públicas, e mostram também, as dificuldades encontradas nesse processo.

Palabras clave: Redes, Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Arranjos Institucionais, Governança

Nota biográfica: Ana Paula Teixeira de Campos é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, na Universidade Federal de Viçosa. (PPGAdm/UFV) e Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Claudia Job Schmitt é Doutora em Sociologia, professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Introdução

A trajetória brasileira de formulação e implementação de políticas públicas, voltadas ao fortalecimento da agricultura camponesa e familiar e à garantia dos direitos sociais das populações do campo esteve, nas últimas décadas, fortemente associada ao processo de redemocratização do país e à atuação dos movimentos sociais. Em âmbito nacional foram criadas diferentes modalidades de políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares e trabalhadores do campo e que contaram, na sua construção, com

a intermediação de um conjunto heterogêneo de organizações da sociedade civil com atuação nas várias regiões do país.

As profundas contradições envolvidas na articulação entre a questão agrária, a questão agrícola e a questão social no campo brasileiro estiveram presentes no ambiente político em que foi elaborada a Constituição de 1988, trazendo novamente à tona temas como a reforma agrária, a implantação de uma política agrícola voltada às especificidades dos “pequenos produtores” e uma série de reivindicações relacionadas à garantia de direitos sociais.

A nova Constituição trouxe avanços importantes, garantindo o direito à aposentadoria para os trabalhadores rurais, entre outros benefícios como o salário maternidade, o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez (Barbosa, 2007). Em relação à democratização da propriedade da terra, os compromissos públicos assumidos pelo governo da Nova República em defesa da reforma agrária nos anos 1980 encontraram, no entanto, profundas resistências por parte das forças antirreformistas, dentro e fora do aparelho do Estado (Ferreira et al, 2009). No campo da política agrícola, os avanços em favor dos trabalhadores do campo foram até certo ponto limitados, mas a Lei 8.171/1991, a chamada Lei Agrícola, estabeleceu, como um de seus objetivos, “prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”¹.

No decorrer da década de 1990 verifica-se, progressivamente, a afirmação do *agricultor familiar* como um ator social e como uma categoria no âmbito das políticas públicas, processo este que contou com um forte envolvimento do movimento sindical rural (Picolotto, 2011, 2014). Em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foi institucionalizado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltado ao financiamento de crédito de investimento e custeio, com taxas de juros e condições de contratação diferenciadas, que buscavam atender às especificidades do agricultor familiar.

Registra-se, posteriormente, sobretudo nos anos 2000, a criação de um conjunto mais amplo de instrumentos de políticas públicas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento rural, em que cabe mencionar: as

¹ Ver: Lei 8.171/1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm. Acesso em: 31/08/2017.

compras públicas de alimentos da agricultura familiar efetivadas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), a Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros.

As políticas de desenvolvimento rural foram influenciadas, também, em seu desenho de implementação, pelas inovações institucionais incorporadas pela Constituição de 1988 no que diz respeito à descentralização e à participação social. Foram estruturados, nesse sentido, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, diferentes conselhos, que passam a se constituir como espaços consultivos e/ou deliberativos, com atuação em diferentes escalas².

O presente trabalho buscou apreender os efeitos deste processo mais geral de democratização do Estado e das políticas públicas nas regiões rurais³, explorando as interfaces estabelecidas entre organizações sociais e políticas públicas na escala municipal. Nosso olhar se dirige para a trajetória histórica percorrida por uma rede de atores que se estrutura em um pequeno município preponderantemente rural chamado Araponga, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, dedicando especial atenção aos arranjos institucionais e formas de governança que se organizam no plano local como um desdobramento de sua atuação. Argumentamos, aqui, que o processo de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do campo e de democratização das políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural, em seus limites e potencialidades, só podem ser devidamente compreendidos se considerarmos, em nossa análise, o tecido associativo e as redes de relações sociais que dão sustentação a essas novas formas de participação e governança. Merece destaque, nesse sentido, o papel de diferentes mediadores na estruturação e ampliação destas redes e na sua articulação em diferentes níveis.

² Merecem destaque, no âmbito deste trabalho, sobretudo os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial instituídos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). A participação da agricultura familiar nas compras públicas de alimentos foi fortemente influenciada pela atuação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs).

³ Trabalhamos neste artigo com um conceito ampliado de ruralidade, questionando, portanto, as definições oficiais dos espaços rurais incorporadas pelas políticas públicas, que acaba por considerar como áreas urbanas, cidades e sedes municipais cuja dinâmica se encontra fortemente permeada pelas relações estabelecidas com processos econômicos, sociais e ambientais vinculados ao mundo agrário. Sobre este tema ver: Wanderley e Favareto (2013); Veiga (2002).

Seguindo as trilhas abertas por diferentes pesquisadores, que buscaram compreender as dinâmicas de participação nas políticas públicas em contextos rurais⁴, chamamos atenção para o modo como diferentes configurações de rede repercutem sobre o acesso aos programas governamentais e sobre a capacidade das organizações sociais no sentido de influenciar a sua implementação. O artigo busca chamar atenção, além disso, para os desafios envolvidos nos processos de articulação e coordenação entre diferentes políticas.

Redes de Relações Sociais, Instituições e Políticas Públicas: novas formas de governança?

A noção de rede tem sido utilizada por várias disciplinas no campo das ciências sociais como uma ferramenta de análise capaz de apreender diferentes fenômenos da vida social. O conceito em si não é novo, remontando à década de 1940, quando os antropólogos da Escola de Manchester o utilizaram pela primeira vez (Barnes, 1954). Foi, posteriormente, amplamente empregado no estudo das transformações sociais relacionadas ao advento dos computadores e da *Internet* (Castells, 1999).

A abordagem baseada nas redes sociais acentua a importância dos atributos relacionais da estrutura interpessoal de contatos, que opera como canal de transferência de recursos e informações (Wasserman; Faust, 1994; Scott, 2011). A análise de redes sociais utiliza-se de um conjunto específico de conceitos, tais como: atores, laços relacionais, díade (vínculos estabelecidos entre duas pessoas), tríade (estudo de subgrupos de três pessoas), subgrupos (de díades, tríades e laços associados), grupos (dentro de um universo finito), relação (tipos de laços no mesmo grupo), entre outros (Wasserman; Faust, 1994). Esta perspectiva de interpretação tem sido aplicada em áreas específicas como nos estudos organizacionais (Cropper et al., 2014) e na análise de redes de políticas públicas que buscam compreender os processos de ação coletiva e os laços estabelecidos entre as organizações e o Estado na condução de políticas públicas (Thatcher, 1998; Waarden, 1992; Schneider, 2005).

⁴ Ver: Campos (2014), Freitas (2015), Grisa (2010), Muller, Silva e Schneider (2012), Santos (2016), Schmitt (2011); Schneider; Silva; Marques (2009).

No contexto desta pesquisa, procuramos apreender, na escala municipal, a constituição de um complexo campo de relações que envolve as organizações de agricultores, os poderes públicos com atuação em nível municipal e o conjunto de redes de relações e fluxos de informações que se estende para além do plano local, envolvendo as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal e seus desdobramentos no plano territorial. Parte-se da ideia de que a constituição, no município estudado, de um denso tecido associativo, contribuiu na ampliação do acesso às políticas públicas, potencializando, também, através de diferentes mediações, a capacidade de influência destes agricultores no que diz respeito à implementação das políticas públicas.

Como observa Marques (2013), o conceito de governança tem sido utilizado de diferentes maneiras na literatura internacional, referenciando uma estrutura (de regras e instituições), determinados processos (ou formas de produção de políticas), percebido como um mecanismo (capaz de forjar a cooperação, reduzindo custos de transação), ou uma forma de administração. De acordo com Kissler e Heidemann (2006), a governança significa uma nova forma de gestão pública, que recorre mais à autogestão nos campos social, econômico e político. Especificamente, para estes autores, a governança local se caracteriza como uma expressão mais regional da governança pública “uma forma autônoma (*self-organizing*) de coordenação e cooperação, por meio de redes interorganizacionais, que podem ser formadas por representantes de organizações políticas e administrativas, associações, empresas e sociedades civis, com ou sem participação estatal” (Jann, 2003:449 apud Kissler, Heidemann, 2006: 482).

No caso deste trabalho, a referência à ideia de governança busca trazer para o centro da análise as complexas relações estabelecidas entre o Estado e as organizações da sociedade civil, não tendo como pressuposto, portanto, a autonomia, dos arranjos institucionais de gestão ou mesmo das organizações sociais (Marques, 2013). Procuramos compreender, a partir de uma abordagem relacional, as múltiplas interações que se estabelecem entre atores sociais, processos organizativos e arranjos institucionais de implementação de políticas públicas.

No que se refere aos arranjos institucionais inspiramo-nos na definição de Lotta, Galvão e Favareto (2016: 2763) que entendem, “grosso modo, como regras, organizações e processos que definem o desenho específico de uma determinada política pública, estabelecendo a articulação entre os seus atores e interesses”. No caso em questão, estamos nos referindo, fundamentalmente, às regras, organizações e processos que

influenciam, no plano local, a implementação de um conjunto diversificado de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento rural, mobilizado ao longo da trajetória de estruturação e fortalecimento de uma rede social. Em Araponga, a institucionalização destas relações envolveu um esforço constante de estruturação de formas de ação coletiva e de consolidação de novas organizações sociais.

Para Scott (1995), as organizações sociais são apenas uma forma de instituição, que pode englobar, além dos aspectos normativos e reguladores, também os aspectos cognitivos, mobilizando, no caso em questão, o conhecimento prático dos agricultores relacionado, principalmente, à sua experiência comunitária e de relação com o poder público. Esse conhecimento, transmitido de geração em geração, passa a ser incorporado, através de mecanismos, formais e informais, e pelas instituições. Ademais, além das definições formais, entendemos por organizações como espaços de sociabilidade que vão além de definições que enrijecem os distintos modos como as formas de organizações associativas e camponesas são constituídas (Comerford, 2003).

As dinâmicas sociais e organizativas vivenciadas neste município nas últimas décadas possuem estreita relação com toda uma série de mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no plano nacional. A conexão entre o plano nacional e o plano local depende de todo um conjunto de relações estabelecidas, seja internamente ao município, seja a partir da mediação exercida por atores externos ao meio rural. Na visão de Wolf [1956], essas conexões são estabelecidas por “pessoas que fazem a mediação entre grupos orientados para a comunidade nas comunidades e grupos orientados para a nação, que atuam principalmente por meio das instituições nacionais” (Wolf [1956] apud Feldman-Bianco; Ribeiro, 2003: 87). Os mediadores são, neste sentido, intermediários econômicos e políticos nas relações entre a comunidade e o Estado nacional. Esse trabalho de mediação está presente no acesso às políticas públicas, na captação de recursos para projetos e na criação de organizações locais.

Ainda que no caso dos camponeses e agricultores familiares de Araponga, a dicotomia existente entre a comunidade local e o Estado nacional não assuma contornos tão rígidos como nos grupos camponeses analisados pelo autor, vale a pena lembrar que a história brasileira tem sido marcada, como observa Martins (1981), por um processo histórico de exclusão do camponês do pacto político. E, como observa Wanderley (2014), as lutas desta categoria de produtores, sobretudo daqueles segmentos economicamente

mais fragilizados, para além de sua identificação como “os pobres do campo”, ou integrantes de uma “franja periférica”, ainda não terminou. Ganha destaque, nesse sentido, na análise aqui apresentada, a constituição, no plano local, de todo um tecido associativo que irá possibilitar um movimento crescente de articulação destes agricultores com processos de formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas desenvolvidos em âmbito territorial, estadual e nacional.

A investigação em que está ancorada este artigo envolveu um trabalho continuado de pesquisa qualitativa, baseado na observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa se classifica como um estudo de caso em profundidade quanto aos seus procedimentos (Ragin, Becker, 1992). Foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas, com lideranças locais, engenheiros agrônomos, um técnico agrícola, um professor e um conjunto diversificado de famílias agricultoras.

O estudo teve como universo de análise o município de Araponga em Minas Gerais. Segundo dados do Censo Demográfico 2010 (2011), o município de Araponga tem uma população total de 8.152 habitantes, sendo que 3.041 habitantes residiam, em 2010, na área urbana e 5.111 (62,69% da população total) moravam na área rural, característica rara entre os municípios brasileiros. Embora a cultura do café seja importante para o município, a sua produção não se restringe a esse cultivo. De modo geral, o município é caracterizado por possuir uma maior proporção de pequenos estabelecimentos agrícolas com até 50 hectares, nos quais se produz feijão, milho, mandioca, arroz, cana-de-açúcar, café, legumes, frutas, verduras para consumo e comercialização direta e indireta, ou seja, para atravessadores que compram café.

A trajetória de organização dos agricultores de Araponga encontra-se imbricada em um processo mais amplo de mobilização política e articulação social dos camponeses e agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais e que envolve uma rede mais abrangente de pessoas e organizações que se projeta em uma escala territorial. Optamos aqui, no entanto, por um recorte centrado sobretudo no plano local, procurando com isso iluminar uma série de dinâmicas organizativas e relacionais que se encontram situadas em um contexto muito próximo do cotidiano das famílias agricultoras.

A gênese das organizações de agricultores familiares no município: tecendo as redes de relações sociais e institucionais

Neste trabalho, ao investigar como foram surgindo e se institucionalizando as organizações de agricultores familiares em Araponga, entre elas o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), buscamos construir uma periodização coerente, baseada nas informações extraídas do material pesquisado, incluindo as atas de reuniões das diferentes organizações e as entrevistas com diversos atores que participaram em algum período das organizações. Foram demarcados três períodos.

O horizonte de tempo que vai de 2009 até o fechamento desta pesquisa, em 2014, não chegou a receber uma denominação específica, mas o período pode ser caracterizado como uma fase de reflexão, pois houve um menor dinamismo das organizações, como o STR e a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), momento em que o estímulo em acessar novas políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar pareceu menor. As organizações estão acessando, ainda que de forma tímida, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que prevê que até 30% dos alimentos adquiridos pelas escolas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam provenientes da agricultura familiar. Os agricultores continuam acessando, através da cooperativa de crédito, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo acompanhamento era feito anteriormente somente pela Emater local. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa que desde sua criação despertou um grande interesse por parte das organizações da agricultura familiar no Brasil como um todo, ainda não tinha sido acessado em Araponga até 2017, conforme contato das pesquisadoras com as organizações locais⁵.

Nesse esforço por reconstituir essa trajetória, buscamos resgatar as inter-relações estabelecidas entre os agricultores, as organizações locais, as dinâmicas políticas no município e a implementação de políticas públicas e sua interface em nível local, buscando entender quais são os dilemas e as dificuldades vividas por este conjunto de organizações em seu esforço por garantir o acesso e influenciar as dinâmicas de

⁵ Instituído em 2003, o PAA tem como finalidade assegurar o direito humano à alimentação adequada, reposicionando o tema da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda das políticas públicas. O programa permite a compra pública de produtos da agricultura familiar visando o fortalecimento da capacidade produtiva destes agricultores, a formação de estoques de alimentos e a distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar para pessoas em situação de insegurança alimentar pelo governo federal.

implementação dos diferentes programas e ações governamentais voltados à agricultura familiar.

A Conquista de Terras em Conjunto e a institucionalização do Sindicato de trabalhadores Rurais – Criação (1977-1990)

O primeiro período identificado nessa trajetória foi denominado de ‘Criação’. Esta fase, que se estende de 1977 a 1990, tem como marco inicial o trabalho de base desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Movimento da Boa Nova (Mobon) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Registra-se, além disso a implantação, nesta mesma fase, de uma experiência de compra coletiva de terras entre os agricultores, criada e denominada por eles de Conquista de Terras em Conjunto (CAMPOS, 2006). Remonta também, a esses primeiros tempos, o trabalho de assessoria desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) junto aos agricultores, bem como a criação do STR, um processo organizativo que foi animado pelas CEBs.

Na experiência de compra coletiva de terras entre os agricultores destacam-se dois períodos importantes que marcam a criação e o desenvolvimento da experiência, a saber: antes e depois da criação do STR. A experiência começou entre três irmãos, por volta de 1977/1978, que decidiram comprar terra para que o terceiro irmão pudesse ampliar sua propriedade de um hectare que tinha recebido de herança do pai, mas que não era suficiente para tirar o sustento da família. Em 1979, os irmãos tiveram o seu primeiro contato com as CEBs, trazidas para o município de Araonga por um pároco de outro município.

Com a participação nos encontros de CEBs, a partir de 1979, começaram a refletir sobre a possibilidade de outros agricultores, companheiros de CEBs, também comprarem terra deixando esta iniciativa de ser uma experiência puramente familiar. De acordo com os agricultores que criaram a experiência, existiam dificuldades em formar um grupo de compra, por causa das desconfianças, fosse por parte dos fazendeiros que vendiam a terra ou entre os trabalhadores rurais que achavam não ser possível realizar um empreendimento desta natureza de forma cooperativa. Assim, a primeira compra coletiva, fora do âmbito estritamente familiar só foi realizada em 1989, dez anos depois da “compra em família”, no mesmo ano em que os agricultores de Araonga ligados às CEBs fundaram o STR, que passou a coordenar a experiência de compra de terras.

Deste modo, a criação e a consolidação da experiência da Conquista de Terras em Conjunto, bem como a própria criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, foram marcadas pelo empenho de lideranças e agricultores que começaram a participar do Mobon e das CEBs. Estes dois movimentos foram impulsionados por padres e leigos que trabalhavam na CPT na região. Com o apoio de alguns missionários das CEBs e assessores da CPT, foi fundado o STR em 18 de junho de 1989. Na época, em alguns municípios da região, e também em Araponga, havia apenas sindicatos patronais, o que se traduzia, na prática, na tutela dos trabalhadores pelos grandes proprietários.

Dentro deste contexto, a formação de novos sindicatos de trabalhadores rurais e o fortalecimento dos movimentos sociais no campo encontram estreita vinculação com a atuação da ala progressista da Igreja Católica junto às comunidades rurais. Primeiro de modo difuso e, mais tarde, pela atuação da CPT e das CEBs, politizando suas lideranças e conduzindo-as a um maior envolvimento nas próprias comunidades. (Medeiros, 1989; Favareto, 2006). Como observa Hourzager (2004), as ala progressista da Igreja funcionou como um incubador institucional, propiciando o nascimento de um novo sindicalismo rural, fortalecendo nos agricultores o espírito de solidariedade, a comunhão e a confiança em se organizar.

Em seu momento inicial, a Conquista de Terras em Conjunto, surgiu da combinação das práticas tradicionais de ajuda mútua e laços fortes entre a família, impulsionados, posteriormente, pela vivência nos grupos de reflexão promovidos pelas CEBs. Esta união inicial foi capaz de construir laços fracos que possibilitaram a ampliação da experiência com a criação do fundo de crédito rotativo e a fundação de outras organizações de agricultores (Granovetter, 2000).

Neste interim, entre a primeira compra coletiva e a fundação do STR, foi criado o CTA-ZM, no final de 1987. A aproximação entre o CTA/ZM e os agricultores de Araponga ocorreu por meio de um servidor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), hoje aposentado, que trabalhou em cursos de formação do Mobon e CEBs junto aos agricultores. Em conexão com ex - estudantes da UFV que estavam se articulando para criar um centro de tecnologias alternativas, colocou-os em contato com os agricultores de Araponga. Esses jovens agrônomos foram convidados para participar de um grande encontro das CEBs na sede do município.

A partir de sua criação, o sindicato organizou vários grupos de compras de terras, todos os anos entre 1993 e 2010. Até 2010, 161 famílias haviam comprado um pedaço de

terra, outras 43 famílias realizaram mais de uma compra, com um total de 203 compras, perfazendo 702,2 hectares.

Desta forma, com a atuação das CEBs na região não pode ser dissociada das transformações mais amplas e reformistas da Igreja Católica, a própria criação do CTA-ZM não pode ser dissociada de contextos mais amplos, pois a sua fundação foi sendo germinada desde a década de 1970, quando alguns jovens estudantes da Universidade Federal de Viçosa se uniram e criaram o Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), em oposição à visão dominante da agricultura tecnificada difundida na universidade e no auge da Revolução Verde. O CTA-ZM tem como proposta um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo, baseado em outro padrão tecnológico, definido como agroecológico. Assim, a partir dos anos 1980, este grupo passou a participar de encontros fora de Viçosa e a estabelecer contatos com outros grupos alternativos, entre os quais o projeto inicial Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas (PTA), coordenado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Rio de Janeiro e da Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas de Belo Horizonte (REDE/MG).

Com a fundação do STR, em 1989, o mesmo passou a coordenar a experiência da Conquista de Terras em Conjunto. A ampliação das compras foi possível a partir da criação de um fundo de crédito rotativo com recursos doados pela Fundação Ford que conheceu a experiência ao realizar uma visita de campo em Araçuaia em 1995.

No que diz respeito a atuação do STR de Araçuaia, neste primeiro período denominado de Criação (1977-1990), o levantamento realizado através das atas de reuniões, incluindo, a ata de fundação, possibilitou acessar informações sobre a sua composição e às dinâmicas organizativas que caracterizaram essa fase inicial. Assim, a composição de sua diretoria reflete a atuação de algumas lideranças que participavam das reuniões de CEBs e haviam se envolvido na criação da Conquista de Terras em Conjunto. Essas pessoas assumiram cargos e passaram a organizar os trabalhos do sindicato.

A análise das atas da diretoria do STR revela alguns aspectos interessantes em relação ao funcionamento do sindicato, sua interação com atores externos e as políticas públicas. No início de seu trabalho, além das preocupações práticas sobre a sede do sindicato, sua manutenção e local, o sindicato, ao assumir de certa forma uma posição, que era antes ocupada pelo Sindicato Rural (patronal), começa a se ocupar de questões relacionadas à previdência social, mas também em regularizar os contratos de parceria.

Neste período, o governo de Fernando Collor de Melo regulamentou o Regime Geral da Previdência Social com a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A partir deste momento, os sindicatos de trabalhadores rurais passaram a encaminhar a documentação previdenciária. No início, como relata o primeiro presidente do sindicato, o número de associados ainda era pequeno e foi aumentando quando eles começaram a fazer o cadastro e a organizar os documentos para a previdência social.

Até 1992 o STR contava com 98 afiliados. Em 2012, com informações colhidas no sindicato, o STR contava com 1594 sócios, sendo 432 ativos, ou seja, que pagam a contribuição sindical em dia, 173 inativos e 989 inadimplentes, em 2014 o número de sócios era de 1723.

O resgate histórico dessa primeira fase buscou mostrar três aspectos importantes. Em primeiro lugar, como o envolvimento dos agricultores com as CEBs, com a CPT, a organização da compra de terras, a parceria com o CTA-ZM e a aproximação com o movimento agroecológico permitiu a constituição do STR e a ampliação do número de trabalhadores rurais e parceiros que compraram terra. A criação dessas organizações resultou de um processo de articulação com diferentes atores em diferentes espaços, encontros, reuniões, mas, igualmente, pela inter-relação que se estabeleceu com diferentes mediadores como sugere o trabalho de Wolf [1956].

O segundo aspecto diz respeito ao processo de institucionalização propriamente que passou a Conquista de Terras em Conjunto, um processo que começou com o movimento de agricultores que se reuniam nas CEBs, fundaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais e criaram um fundo de crédito rotativo para a compra de terra com auxílio da Fundação Ford por meio do CTA-ZM e passaram a Uma experiência que vai se institucionalizando, criando novas regras de acesso e com o aumento e o envolvimento de novos atores e organizações, que passa, com isso, a exigir um maior controle social (Berger, Luckman, 1985).

Assim, o terceiro aspecto, que de certa forma, engloba todos os anteriores, consiste em observar como os agricultores foram capazes de tecer laços e ampliar a sua rede de relações no município e também fora dele, pois a rede de relações destes agricultores foi se ampliando por meio do contato com diferentes instituições em nível local, regional, nacional e internacional (Wasserman, Faust, 1994, Scott, 2011, Wolf, [1956]).

As ações do Sindicato de Trabalhadores Rurais: o diagnóstico rural participativo e o acesso as políticas públicas - Consolidação (1991-1997)

O segundo período foi denominado de ‘Consolidação’ e vai de 1991 a 1997. É um período com importantes realizações, como a ampliação da rede de relações e a consolidação do STR como organização representativa dos agricultores familiares no município. Este momento marca também a realização de um diagnóstico em conjunto entre agricultores e mediadores no ano de 1993, para definir as ações do sindicato e como se daria a assessoria do CTA-ZM junto ao STR. No diagnóstico, afloraram uma série de preocupações referentes à criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb). Inicia-se, com isso, um processo de participação e envolvimento dos agricultores nas discussões relativas à implantação desta unidade de conservação e, posteriormente, na criação do parque. No que diz respeito às políticas públicas, o período foi marcado pela criação do Pronaf em 1996, e pela implantação deste programa no município a partir de 1997.

É um período em que se consolidam as ações do STR e que corresponde a um momento de maior interação desta organização com outros espaços e instituições. De acordo com as atas do sindicato, observa-se que o STR começa a ter como pontos de pauta assuntos “externos”, como tirar um representante para participar de reunião na câmara de vereadores, “andar” com um representante da Fundação Ford que irá visitar algumas propriedades, participar na reunião da microrregional para discutir a filiação à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado Minas Gerais (Fetaemg).

Este período coincide com a realização de um diagnóstico em parceria entre o CTA-ZM e o STR. Um ponto importante a ser observado é que neste período as lideranças começam a fazer reflexões sobre a produção: “Depois da terra conquistada tem que pensar na produção”. Nas primeiras reuniões, os participantes das reuniões do sindicato buscam lembrar que a raiz de criação da Conquista de Terras em Conjunto nasceu da palavra do Evangelho.

O diagnóstico tinha como objetivo: “[...] formular um plano de ação para o STR, além de articular e orientar as ações de instituições que possam colaborar no seu desenvolvimento”. E conclui: “Constitui-se, portanto, numa estratégia de fortalecimento da organização local (o STR) com vistas à implantação futura de um plano de

Desenvolvimento Sustentável para o município” (Faria, 1994: 3). De acordo com as atas do sindicato, em uma reunião, foi escolhida uma comissão para participar do “encontrão” do diagnóstico, que reuniu todas as comunidades no colégio estadual que fica na Sede do município e contou com 310 inscritos. O diagnóstico gerou subsídios tanto para o trabalho do STR como para o trabalho do CTA-ZM. O diagnóstico serviu de base para criação de comissões e linhas de atuação do sindicato. A partir do diagnóstico foram priorizados os problemas para serem trabalhados: i) A criação do Pesb; ii) Enfraquecimento das terras; iii) Falta de terras; iv) Sementes: milho e outras; v) Saúde.

A criação do Pesb, cuja implementação estava prevista, mas que ainda não havia sido discutida com as comunidades rurais do município, ficou mais evidente com a realização do diagnóstico e passou a ser uma questão de prioridade a ser enfrentada pelo sindicato.

Nesse processo, o CTA-ZM exerceu papel fundamental ao mobilizar e envolver os agricultores no processo de criação do parque. A criação do parque foi um processo longo e conflituoso, pois até 1993 os resultados dos estudos do meio físico para a criação desta unidade de conservação não haviam sido discutidos com os moradores do entorno. Após a finalização do diagnóstico começou um processo participativo de articulação para a criação e implementação do parque que envolveu os agricultores dos municípios envolvidos, o CTA-ZM, os STRs, a Fetaemg, a CPT e alguns professores da UFV. Em junho de 1994 foi realizada, na sede do CTA, em Viçosa, a primeira reunião com representantes das comunidades rurais do entorno do Pesb, dos sindicatos de trabalhadores rurais de Araponga, Carangola, Ervália, Miradouro e Muriaé, Fetaemg, CPT, pesquisadores da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da UFV, do CTA-ZM, representantes dos escritórios do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), representantes de deputados estaduais e a prefeitura municipal de Miradouro (Bonfim, 2006). Posteriormente, outras reuniões foram realizadas para definir os limites de demarcação do Pesb. Foi realizado um DRP abrangendo oito comunidades, em quatro municípios da Serra do Brigadeiro, para qualificar e quantificar os recursos e serviços utilizados pelas famílias dentro do parque e entorno. Para Bonfim (2006), o diagnóstico realizado em Araponga foi de fundamental importância para envolver os agricultores na criação do parque. Como resultado desse processo participativo, o parque foi criado em 27 de setembro de 1996, a área total foi estipulada em 13.210 mil hectares, uma área

significativamente menor do que a área originalmente prevista, mas que foi aumentada em 2005 passando a ter 14.984,2 mil hectares.

Em 1995, começaram a discutir no sindicato a proposta de criação de uma associação, a constituição de uma escola família agrícola e temas diversos ligados à produção, como horta comunitária, agrossilvicultura, milho e a utilização de leguminosas como adubos verdes. Além dos usuais temas referentes ao cotidiano do sindicato, como questões trabalhistas e previdenciárias. Estes aparecem, no entanto, com menos frequência como pontos de pauta dos anos seguintes, provavelmente em função do surgimento de outras demandas e pelo trabalho cotidiano já estar mais organizado. Entre 1994 e 1995 o sindicato passou também a organizar os agricultores para que fizessem pedidos coletivos de instalação de energia elétrica em suas propriedades. Em 1996, com a criação do Pronaf, o sindicato já começa a tentar o acesso a esta política pública, que passa a ser referenciada nas reuniões. No mesmo ano, um ex-dirigente sindical lembra que ficaram sabendo do Pronaf por meio do sindicato, pois “através do sindicato se recebia este tipo de informação” (entrevista Pedro Lemos, agricultor, 2012), visto que o sindicato era filiado a uma entidade superior, no caso a Fetaemg, onde circulavam estas notícias. Ele afirma que quem chegou para “instalar” o Pronaf foram a Emater e o Banco do Brasil, em 1997, mas que eles, enquanto sindicato, também exerceram uma pressão para que o Banco do Brasil procurasse a Emater para que o Pronaf começasse a ser implementado no município:

Passar para eles as informações, a gente começou... não que o Banco não procurasse a Emater, a gente que descobriu que realmente queria fazer políticas públicas, tá envolvendo com políticas públicas através das organizações que a gente representava ali do estado federal e a gente começou a fazer essa pressão (entrevista Pedro Lemos, agricultor familiar, comunidade de São Joaquim, Araponga 2012).

Essa pressão exercida pelo sindicato junto ao banco fez com que, finalmente, o programa começasse a ser implementado. Nos dois primeiros anos, a Emater emitia a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Essa mesma liderança relembra, ainda, que houve mudança na lei e que o técnico da Emater fazia a DAP com as informações do agricultor, e a Emater e o STR assinavam a declaração. O agricultor não lembra com exatidão, mas acha que as duas entidades assinaram a DAP juntas por seis ou nove anos e, após esse tempo, mais uma vez, deixou de ser obrigatório que as duas entidades assinassem a DAP. O ex-dirigente sindical relembra que:

[...] os trabalhadores passaram a ser mais orientados e documentados, o sindicato se preocupou mais em estar legalizando a documentação do trabalhador. [Para ele conseguir emitir a DAP?] Isso. Aí ele não dependia do sindicato, trabalhou muito a documentação. Porque o trabalhador dependia que a gente assinasse mais a Emater? Que era tão irregular a documentação deles que tinha que ter tudo umas identidades representativas com ele no banco [Como garantia], ele tem acesso ao recurso. Como ele passou a escritura certinha, tem o vínculo do STR direitinho, as declarações de produtor rural, provar a renda dele, sabe? Facilitou (entrevista Pedro Lemos, agricultor familiar, São Joaquim, 2012).

Na época os agricultores, de acordo com esse depoimento, para conseguirem acessar o Pronaf, precisavam, de certa forma, ter o sindicato como um “avalista”, pois só assim conseguiriam que o empréstimo fosse liberado pelo banco. O sindicato passa, então, a ter um papel relevante no acesso as políticas públicas direcionadas aos agricultores no município, o que pode ser caracterizado como os pilares da formação de uma estrutura de governança local que vai se consolidando ao longo do tempo por meio da mobilização e articulação dos agricultores e organizações (Kissler; Heidemann, 2006), que começa a ser atuante desde a criação do Pesb.

O atendimento da Emater na avaliação dos agricultores entrevistados vai se alterando de forma positiva, que segundo aos agricultores, se deve a mudanças na concepção de público a ser atendido pela empresa, que nos últimos anos, em virtude também do Pronaf, tem o agricultor familiar como público alvo da nova política de assistência técnica e extensão rural para o campo. Ao mesmo tempo, a maior disponibilidade e facilidade de acesso ao crédito também contribui para a melhoria do atendimento. Este período nos mostra claramente, a interface de uma política pública e a sua implementação no município, com os entraves burocráticos das agências estatais, o empenho do sindicato e dos agricultores para que a política seja implementada, os ajustes que são feitos para a emissão de documentos e na mudança do próprio tratamento dispensado pelos representantes dos órgãos governamentais aos agricultores.

Neste período podemos atribuir importantes realizações ao STR de Araponga, que contou, de uma forma muito efetiva, com a assessoria do CTA-ZM. Vale destacar, em primeiro lugar, o interesse do sindicato e de suas lideranças em realizar um diagnóstico para definir um planejamento. Esse esforço possibilitou uma melhor organização de suas funções mais burocráticas e a criação de comissões de trabalho, que foram tiradas a partir da realização do diagnóstico. Um segundo elemento a ser valorizado diz respeito ao envolvimento do sindicato nas discussões referentes à criação do Pesb, com a mobilização

e a organização dos agricultores envolvidos. Chama atenção, em terceiro lugar, o trabalho de articulação desenvolvido pelo STR para que o Pronaf chegasse ao município, o que fez com que a organização se tornasse um importante mediador entre os agricultores e as políticas públicas do governo federal dirigidas à agricultura familiar, fazendo a conexão entre o local e as instituições públicas (Wolf, [1956]; Scott, 2011).

A emergência de novas organizações de agricultores e o acesso a novas políticas públicas e projetos – Ampliação (1998-2008)

O terceiro período, de 1998 a 2008, denominado, como ‘Ampliação’, foi caracterizado pela ampliação do tecido associativo construído pelas CEBs e expandido com a fundação do STR. Neste período foram criadas a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), em 1998, e a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), em 2004. Em abril de 2013, esta cooperativa passou a se vincular ao sistema Cresol (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária). Neste período, em 2002, é oficializada a Associação Escola Família Agrícola – Puris, a qual encontra-se vinculada a Escola Família Agrícola Puris (EFA-Puris).

Em 2001, foi realizado um novo diagnóstico que deu origem à elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Araponga (Pmdr), resultando na criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araponga (Cmdr). Posteriormente, com o início do governo de Luis Inácio Lula da Silva e a criação de uma série de novos instrumentos de políticas públicas dirigidos à agricultura familiar, entre eles, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), foi constituído, através da agregação de diferentes municípios da porção norte da Zona da Mata mineira, o Território da Serra do Brigadeiro, local este que também abarca a área do Pesb. A criação do território e o acesso a recursos federais destinados à política de desenvolvimento territorial através do Pronaf Infraestrutura e Serviços contribuíram para viabilizar a construção da sede da EFA-Puris, da sede da AFA e da Ecosol e a obtenção de equipamentos para a AFA e a EFA-Puris pelo município de Araponga entre outros projetos.

A AFA começou a ser pensada nas reuniões do STR, em 1995, foi criada finalmente em agosto de 1998, portanto, após a criação do Pronaf. A AFA nasceu da vontade dos agricultores de terem um espaço próprio onde fosse discutido o tema da

comercialização dos produtos agrícolas. Com a criação de uma associação também seria possível acessar projetos para a compra de máquinas para a limpeza de café e feijão, entre outras necessidades.

Assim, por meio de um projeto da Cáritas, viabilizado através da mediação do CTA-ZM, foi possível estruturar o mercado da AFA com prateleiras, congelador e outros bens móveis e, como já foi apontado anteriormente, outros projetos de apoio também foram obtidos por meio do Território da Serra do Brigadeiro.

Embora a associação ainda encontre desafios para o seu funcionamento efetivo, vem sendo objeto, desde 2010, de reformulações e esforços para se reorganizar enquanto associação, tendo conseguido organizar um grupo de agricultores para concorrer ao edital de fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Assim, alguns agricultores passam a integrar, como fornecedores, o programa do governo federal que garante a compra, com dispensa de licitação, de produtos oriundos da agricultura familiar para as escolas públicas, o Pnae. Esse tipo de aquisição começou a ser implantado em Araponga em 2009. Desta forma, a AFA com o auxílio do STR, buscou viabilizar o acesso dos agricultores de Araponga a uma nova política pública. Cabe observar, no entanto, que os resultados ainda são tímidos, pois, apenas 18 famílias fornecem alimentos para o Pnae.

Neste interim, entre a criação de uma organização e outra, e pouco antes da criação da Ecosol, em 2004, no ano de 2000, o CTA-ZM e o STR, que já trabalhavam em conjunto desde o tempo em que os agricultores se organizavam para fundar o sindicato, foram convidados pela prefeitura da época (prefeito por dois mandatos Paulo Miranda de 1997 a 2004) para elaborar um novo diagnóstico que gerasse subsídios para a formulação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Assim, foi através da realização deste plano de desenvolvimento rural para o município que a parceria com o poder público foi construída:

O mecanismo que facilitou a relação entre os agentes foi a criação de uma comissão executiva, de caráter participativo, que ficaria responsável pela realização de um diagnóstico municipal e pela construção participativa de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (Pmdrs). Uma vez concluído o plano, a estratégia seguinte foi a criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cmdrs), com a participação de representantes das comunidades rurais, STR, CTA, prefeitura municipal e órgãos da administração estadual, como por exemplo, a empresa estadual de Extensão Rural (Emater) (DIAS; FLORISBELO, 2004: 30).

Com a criação do Pronaf Infraestrutura e Serviços para os municípios, em 1996, por parte do Governo Federal, os municípios que quisessem pleitear recursos teriam que ter um Pmdr aprovado pelo Cmdr, ou seja, promover a elaboração do plano, empossar o conselho municipal que aprovaria o plano. Segundo Abramovay e Veiga (1999), o Pmdr pode ser compreendido como um documento oficial do município, que deve ajudar na obtenção de recursos necessários à implementação de ações orientadas para o fortalecimento da agricultura familiar, mesmo as não contempladas pelo Pronaf e deve ser elaborado com ampla participação dos agricultores familiares.

Em Araponga, o Pmdr, construído no ano de 2000, levou oito meses para ser elaborado. A realização do diagnóstico contou com a participação dos agricultores do município, que foi dividido em oito setores. A equipe que trabalhou na realização do plano foi composta por representantes de diversas entidades governamentais e não governamentais como o STR, a AFA, o CTA-ZM, a Emater, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Zona da Mata (Epamig-ZM) e o IEF. Os principais problemas apontados foram a ausência de política agrícola e agrária e o uso de agrotóxicos nas lavouras.

A elaboração do Pmdr e a posse do Cmdr contaram com o envolvimento da população e de organizações parceiras (ou parte delas), que já haviam participado de um diagnóstico anteriormente e estavam engajadas no processo de criação do Pesb, ou seja, a realização de um plano de desenvolvimento no caso de Araponga encontrou ambiente favorável para a sua efetivação, que também contou com o apoio da prefeitura em realizar o plano e empossar o Conselho, pois assim o município poderia receber recursos para investimento em infraestrutura do Governo Federal. Nota-se como diversos arranjos institucionais construídos localmente, com a participação de diferentes atores no processo permitiu a implementação de políticas públicas. Por outro lado, também pode encontrar ambiente desfavorável para a sua continuidade. Foi o que aconteceu entre 2009 e 2013 com a prefeitura sendo ocupada por um prefeito que não tinha boa relação com as organizações sociais, pois os representantes do Cmdr não foram empossados na sua gestão, além dos demais conselhos, como os de educação, saúde entre outros. Situação que se normalizou com o fim do mandato.

Outro importante programa que foi acessado em Araponga foi o Pronat, que foi instituído em 2003, pelo Governo Federal, cuja operacionalização foi iniciada em 2004, com a indicação dos municípios da região norte da Zona da Mata mineira ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedrs) para serem reconhecidos como

território, que recebeu o nome de Território da Serra do Brigadeiro (TSB). No governo Luis Inácio Lula da Silva foi criada, no âmbito do MDA, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), dando-se início ao processo de construção de uma política de desenvolvimento territorial. Observa-se que a temática do desenvolvimento territorial rural já vinha sendo debatida, no âmbito do MDA, em diálogo com alguns setores da academia, desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Em Minas Gerais, foi contatado um técnico do CTA-ZM, momento em que a entidade passou a tomar conhecimento da nova política pública que estava sendo construída pelo Governo Federal.

Mais uma vez, percebe-se como se torna importante a existência de uma rede de contatos e articulação política envolvendo as ONGs, pessoas que integram o governo, mas também as organizações de agricultores, neste caso, os sindicatos que participavam do conselho do parque, entre eles Araponga, e que tinham uma relação de trabalho em conjunto com o CTA-ZM. Para a criação do território foram realizadas várias reuniões até que se conseguisse enviar uma proposta coletiva de criação do território, o que não foi feito sem conflitos e tensões, pois havia na época uma divisão no movimento sindical da região, o que significava aglutinar polos opostos para formular uma proposta comum, mas também havia demandas de outras partes interessadas, incluindo, de um lado, o poder público e, de outro as associações, as cooperativas e os sindicatos.

Para Araponga foi aprovado o maior volume de recursos. Isto se deve, em boa medida, à sua organização que foi sendo fortalecida nos últimos anos, pois os agricultores representantes que participaram do conselho do território já tinham projetos que aguardavam verbas para a sua execução, como a construção da EFA-Puris, a construção da sede da Ecosol, em 2004, e a construção da Casa de Cultura pelo Cepec. De acordo com Freitas, Freitas e Dias (2012), o montante de recursos que foi alocado aos municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro alcançou cerca de 4,8 milhões de reais em projetos de investimento, entre os anos de 2003 e 2010. No total de nove municípios, Araponga e Miradouro foram os municípios que receberam o maior volume de recursos para o território, tendo Araponga recebido 29,12% dos recursos (R\$ 1.391.902,42), Miradouro 21,78% (R\$ 1.040.700,45), seguido por Rosário de Limeira 12,82% (R\$ 612.777,00), Ervália 11,45% (R\$ 547.084,73) e o restante dos recursos dividido para os cinco municípios restantes com menos de 9% cada.

Desta forma, dentro do âmbito do parque, depois de criado o território, foi instituído em 2004 um fórum de gestão provisório com a criação da Comissão de Implementação de Ações Territoriais (Ciat) formada por oito organizações, quatro do

poder público e quatro de representantes da sociedade civil, entre as quais o CTA-ZM. Posteriormente a criação do Ciat, foi instituído o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) que é a instância deliberativa máxima do território possuindo 37 membros representantes de organizações públicas, ONGs, prefeituras, organizações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, além de comunidades do entorno da área de preservação (Freitas, 2015).

Outra instituição criada pelos agricultores foi a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), em 2004, que passou para o sistema Cresol (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária) em abril de 2013. Com a integração ao sistema Cresol, a cooperativa de Araponga passa a acessar uma maior carta de crédito, possibilitando o aumento do patrimônio, taxa de juros mais baixa e a possibilidade de administrar o Pronaf e o PAA no município.

A Ecosol chegou à Zona da Mata por meio da assessoria da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) criada em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Unitrabalho (Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieesse). De acordo com Silva (2010), uma maior difusão e encaminhamentos sobre a proposta de se criar cooperativas na Zona da Mata surge em 2001, com a realização de um encontro regional realizado em Espera Feliz e mais 16 STRs da região por meio da mediação do CTA-ZM. Depois de várias reuniões e discussões entre os sindicatos foi decidido fundar as primeiras cooperativas em Araponga e Espera Feliz.

Assim, a mediação exercida por atores internos ao município revela um conjunto de habilidades sociais que estes agricultores e suas organizações representativas conseguem operar em favor do bem coletivo, ou seja, de sua capacidade de fazer com que outros cooperem (Fligstein, 2007). Por outro lado, um conjunto de ações que revelam, também, os diferentes arranjos institucionais que ocorrem com as propostas de mudanças, a implementação de uma nova política pública, um novo programa, ou como vimos, com a criação de um parque e as ações que são desencadeadas por este grupo de lideranças, agricultores e mediadores que se envolveram na criação das organizações e no acesso a diferentes programas e projetos acionando diferentes redes e ampliando a rede de relações (Wasserman, Faust, 1994, Scott, 2011, Kissler, Heidemann, 2006, Lotta, Galvão y Favareto, 2016).

Considerações Finais

Como foi enfatizado ao longo do artigo, a gênese das organizações de agricultores deste pequeno município no interior do Brasil, nos mostra, como diferentes arranjos institucionais são criados e conduzidos no plano local. Os resultados apontam para um processo de coprodução, ao longo do tempo, entre as políticas públicas e o tecido associativo que se estrutura no município, o que pode ser caracterizado como novas formas de governança. Percebe-se, simultaneamente, uma relativa segmentação das dinâmicas de participação considerando os diferentes instrumentos de políticas públicas, restringindo a capacidade desta rede de atores de promover a articulação e coordenação entre os diferentes programas. Mas igualmente a capacidade de articulação entre diferentes instituições e com diferentes governantes em ambientes políticos que podem ser favoráveis ou não.

A relação estabelecida com os mediadores e com as diferentes políticas públicas desencadeou, no espaço do município, um processo bastante rico de inovação institucional. A inserção em redes supra-municipais possibilitou, além disso, algum grau de influência na formulação e implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural em um espaço mais amplo. Verifica-se, ao mesmo tempo, que a capacidade de incidência da rede varia de acordo com as diferentes conjunturas e com o interesse e capacidade de mobilização dos agricultores no que diz respeito à cada uma dessas políticas. Esse esforço de participação exigiu, por parte das organizações, inúmeros aprendizados e um processo constante de incorporação de conhecimentos técnicos e políticos. O arranjo institucional construído no município não se materializou, no entanto, como uma estrutura capaz de possibilitar um exercício continuado de coordenação e articulação entre os diversos instrumentos de intervenção governamental a partir do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Chama atenção, no entanto, a capacidade demonstrada pela rede no sentido de manter presença permanente no espaço público

Referências

Abramovay, Ricardo; y Veiga, José E. 1999. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). IPEA, Texto para Discussão nº 641.

Barbosa, Rômulo S. 2007. Entre igualdade e diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Barnes, J. A. 1954. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, n. 7, p. 39-58.

Berger, Peter L.; y Luckmann, Thomas. 1985. A construção social da realidade. 33ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.

Bonfim, V. R. 2006. Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb), MG. Tese de Doutorado em Ciência Florestal. Universidade Federal de Viçosa.

Campos, Ana Paula T. 2006. Conquista de terras em conjunto: redes sociais e confiança - A experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga - MG. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG).

Campos, Ana Paula T. 2014. Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ).

Castells, Manoel. 1999. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

Censo Demográfico 2010. 2011. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE.

Cintrão, R. P. 1996. Ongs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na zona da mata mineira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ).

Comerford, J. C. 2003. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

Cropper, Steve, Ebers, Mark, Huxham, Chris, y Ring, Peter S. 2014. Handbook de Relações Interorganizacionais da Oxford. Porto Alegre: Bookman, p. 02-20; 108-133; 161-177; 261-281.

Faria, A. A. C. 1994. Uma visão do município de Araponga: informações sobre o diagnóstico realizado. Viçosa (MG): CTA-ZM, p.1-29.

Favareto, A. 2006. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, no. 62, p. 27-44.

Ferreira, Brancolina, Alves, Fábio, y Carvalho Filho, José J. 2009. Desenvolvimento agrário. Constituição Vinte Anos – caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, 2: 155-223.

Feldman-Bianco, B.; RIBEIRO, G. L. 2003, (orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília/São Paulo: Ed. UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp.

Fligstein, Neil. 2007. Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 61-80.

Freitas, Alair F. 2015. *Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no território Serra do Brigadeiro: atores, redes e instituições*. Tese (Doutorado em Administração). Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte (MG).

Freitas, Alan. F.; Freitas, Alair. F.; DIAS, M. M. 2012. *Desenvolvimento Rural e Inovações Institucionais na Operacionalização de Políticas Públicas na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais*. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - Enapegs, São Paulo. *Gestão Social: mobilizações e conexões*.

Granovetter, Mark. 2000 [1973]. *La force de liens faibles*. In: *Le marché autrement: les réseaux dans l'économie*. Essais de Mark Granovetter, Paris: Desclée de Brouwer.

Grisa, Catia. 2010. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 6: 97-129.

Houtzager, Peter P. 2004. *Os últimos cidadãos, conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo.

Kissler, Leo; Heidemann, Francisco G. 2006. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública, Brasil*, 40: 479-499.

Lotta, Gabriela. S., Galvão, Maria Cristina C. P., y Favareto, Arilson da S. 2016. Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais: intersetorialidade, relações federativas, participação social e territorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21: 2761–2772.

Marques, Eduardo. 2013. *Government, Political Actors and Governance in Urban Policies in Brazil and São Paulo: Concepts for a Future Research Agenda*. *The Journal of Brazilian Political Science Review*, 17: 8-35.

Martins, José S. 1981. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Medeiros, Leonilde S. 1989. *História dos movimentos sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase.

Müller, Ana Luiza, Silva, Marcelo K., y Schneider, Sérgio. 2012. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura, UFRJ, Rio de Janeiro*, 20: 106-139.

Picolotto, Everton L. 2011. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

- Picolotto, Everton L. 2014. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso), 52: 63-84.
- Ragin, Charles, y Becker, Howard. (eds.) 1992. *What is A Case? Exploring the Foundation of Social Inquiry*, Cambridge University Press.
- Santos, A. D.; Florisbelo, G. R. 2004. Desenvolvimento territorial e combate à Pobreza: sistematização de três experiências no Estado de Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/ArtigoCombatePobrezaversaofinalportugues.pdf>. Acesso em: 12 maio 2013.
- Santos, Luana F. 2016. Cooperativismo, políticas públicas e redes sociais: perspectivas para a promoção do desenvolvimento rural. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG).
- Schmitt, Claudia J. 2011. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, 13: 82-112.
- Schneider, Sérgio, Silva, Marcelo K., y Marques, Paulo E. M. 2009. Políticas públicas e participação social no Brasil rural. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Schneider, Volker. 2005. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas*, 5: 29-58.
- Scott, John. 2011. *Social Network Analysis: a handbook*. 2nd edition, London: Sage Publications.
- Scott, W. Richard. 1995. *Institutions and organizations*. London: Sage.
- Thatcher, Mark. The Development of Policy Network Analyses: from modest origins to overarching frameworks. London: *Journal of Theoretical Politics* 10: 389-416.
- Tilly, Charles, y Goodin, Robert E. 2006. It depends. In: Goodin, Robert E, y Tilly, Charles *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford Handbooks Online.
- Veiga, José E. da. 2002. *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados.
- Waarden, Frans. 1992. Dimensions and types of policy networks. *European Journal of Political Research*, 21: 29-52.
- Wanderley, Maria de N. B. 2014. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52: 25-44.
- Wanderley, Maria de N. B; Favareto, Arilson. 2013. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA.
- Wasserman, Stanley, y Faust, Katherine. 1994. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.